REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES VOLTADA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL II EM UMA ESCOLA CEARENSE

TEACHER TRAINING FOCUSED ON THE SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN ELEMENTARY SCHOOL II IN A SCHOOL IN CEARÁ

FORMACIÓN DOCENTE ENFOCADA EN LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE ALUMNOS CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN LA ESCUELA PRIMARIA II EN UNA ESCUELA DE CEARÁ

Fabíola Alencar Reis Fontes[1]

e666575
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6575

PUBLICADO: 6/2025

RESUMO

Este artigo aborda o contexto da inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Brasil, um princípio fundamental amparado por legislação e diretrizes nacionais, mas que enfrenta desafios na prática. A pesquisa investiga a formação de professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em um município do Ceará para lidar com esse tipo de inclusão. A amostra do estudo incluiu quatro escolas públicas municipais de Itaitinga, Ceará, e coletou dados de um total de oito professores, representando 2% do total de docentes que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental nesse município. A questão central da pesquisa é: como a formação inicial e continuada dos professores influencia suas práticas pedagógicas e o enfrentamento dos desafios na inclusão de alunos com NEE? O objetivo é analisar as concepções e práticas dos professores, bem como as dificuldades encontradas no processo inclusivo. A metodologia utilizada é qualitativa, configurada como um estudo de caso interpretativista, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, observações em sala de aula e análise documental. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Resultados preliminares indicam que a formação inicial dos professores é considerada inadequada e a formação continuada, insuficiente e pouco prática. Os professores relatam dificuldades em adaptar o currículo, falta de apoio especializado e necessidade de mais recursos. Há também uma diversidade de concepções sobre inclusão, com alguns professores entendendo-a como mera presença física dos alunos com NEE e outros como um processo de transformação da escola. O artigo conclui apontando a necessidade premente de investimentos na formação docente e na estruturação das escolas, aspectos reiterados de forma consistente nas discussões e considerações finais, evidenciando sua centralidade para o sucesso da inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Formação de professores. Itaitinga-CE.

ABSTRACT

This article addresses the context of school inclusion of students with Special Educational Needs (SEN) in Brazil, a fundamental principle supported by national legislation and guidelines, but which faces challenges in practice. The research investigates the training of teachers from the 6th to 9th grade of Elementary School in a municipality in Ceará to deal with this type of inclusion. For this purpose, the study sample included four municipal public schools in Itaitinga, Ceará, and collected data from a total of eight teachers, representing 2% of the total number of teachers in each school who work in the final years of Elementary School in this municipality. The central question of the research is: How does the initial and continuing training of teachers influence their pedagogical practices and the way they face the challenges in the inclusion of students with SEN? The objective

[1] Universidade Del Sol.

is to analyze the conceptions and practices of teachers, as well as the difficulties encountered in the inclusive process. The methodology used is qualitative, configured as an interpretative case study, with data collection through semi-structured interviews, classroom observations, and document analysis. Data analysis is being conducted through content analysis. Preliminary results indicate that initial teacher training is considered inadequate, and ongoing training is insufficient and impractical. Teachers report difficulties in adapting the curriculum, lack of specialized support, and the need for more resources. There is also a diversity of conceptions about inclusion, with some teachers understanding it as the mere physical presence of students with SEN and others as a process of school transformation. The article concludes with the urgent need for investment in teacher training and in the structuring of schools, aspects consistently reiterated in the discussions and final considerations, demonstrating their centrality for the success of school inclusion.

KEYWORDS: *School inclusion. Special Educational Needs (SEN). Teacher training. Itaitinga-CE.*

RESUMEN
Este artículo aborda el contexto de la inclusión escolar de estudiantes con Necesidades Educativas Especiales (NEE) en Brasil, un principio fundamental respaldado por la legislación y las directrices nacionales, pero que enfrenta desafíos en la práctica. La investigación indaga en la formación de docentes de 6.º a 9.º grado de la Enseñanza Primaria en un municipio de Ceará para abordar este tipo de inclusión. Para ello, la muestra del estudio incluyó cuatro escuelas públicas municipales de Itaitinga, Ceará, y recopiló datos de un total de ocho docentes, lo que representa el 2% del total de docentes de cada escuela que trabajan en los últimos años de la Enseñanza Primaria en este municipio. La pregunta central de la investigación es: ¿Cómo influye la formación inicial y continua de los docentes en sus prácticas pedagógicas y en la forma en que afrontan los desafíos en la inclusión de estudiantes con NEE? El objetivo es analizar las concepciones y prácticas de los docentes, así como las dificultades encontradas en el proceso inclusivo. La metodología utilizada es cualitativa, configurada como un estudio de caso interpretativo, con recolección de datos mediante entrevistas semiestructuradas, observaciones de aula y análisis de documentos. El análisis de datos se realiza mediante análisis de contenido. Los resultados preliminares indican que la formación inicial docente se considera inadecuada y que la formación continua es insuficiente y poco práctica. El profesorado reporta dificultades para adaptar el currículo, falta de apoyo especializado y la necesidad de más recursos. Existe también una diversidad de concepciones sobre la inclusión: algunos docentes la entienden como la mera presencia física de estudiantes con NEE y otros como un proceso de transformación escolar. El artículo concluye con la necesidad imperiosa de invertir en la formación docente y en la estructuración de las escuelas, aspectos reiterados consistentemente en las discusiones y consideraciones finales, demostrando su centralidad para el éxito de la inclusión escolar.

PALABRAS CLAVE*: Inclusión escolar. Necesidades Educativas Especiales (NEE). Formación docente. Itaitinga-CE.*

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) é um princípio fundamental da Educação brasileira, amparado por legislação específica e diretrizes curriculares nacionais. No entanto, a efetivação da inclusão na prática exige que as escolas e os professores estejam preparados para atender às necessidades específicas de cada aluno. A formação de professores assume papel crucial nesse processo, sendo necessário desenvolver

conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam lidar com a diversidade e promover a aprendizagem de todos os alunos.

Esta pesquisa investiga a formação de professores para lidarem com a inclusão nas escolas do 6º ao 9º ano de um município do estado do Ceará, buscando compreender como os professores se percebem diante do desafio da inclusão, suas concepções sobre o tema, as práticas pedagógicas utilizadas e as dificuldades enfrentadas.

A motivação para este estudo surge da experiência de uma professora, servidora em uma escola pública cearense, que relata sentir dificuldades em lidar com estudantes com NEE. Essa vivência pessoal ressalta a relevância da pesquisa, uma vez que as dificuldades enfrentadas por essa professora podem ser representativas de um cenário mais amplo.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a formação de professores para a inclusão escolar no contexto específico de um município cearense. Compreender as concepções, práticas e desafios dos professores que atuam no Ensino Fundamental - Anos Finais - é essencial para identificar as lacunas na formação inicial e continuada, bem como para propor estratégias de melhoria. Além disso, o estudo busca evidenciar a importância da formação continuada como um espaço de reflexão e aprendizado para os professores, onde podem desenvolver habilidades específicas para lidar com a diversidade e promover a inclusão de todos os alunos.

Para este estudo, tem-se como questão central: Como a formação inicial e continuada dos professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em um município do estado do Ceará influencia suas práticas pedagógicas e o enfrentamento dos desafios na inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)?

Estabeleceu-se como hipótese que a formação inicial dos professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em um município do estado do Ceará é insuficiente para lidar com a inclusão de alunos com NEE, e a formação continuada oferecida pela rede municipal não supre essa lacuna, resultando em práticas pedagógicas pouco adaptadas e dificuldades no enfrentamento dos desafios da inclusão escolar.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de formação de professores, oferecendo subsídios para a elaboração de programas mais eficazes e alinhados com as necessidades dos docentes e dos alunos. Ao investigar a realidade de uma escola pública municipal no Ceará, o estudo busca fornecer um panorama detalhado dos desafios e possibilidades da inclusão escolar, visando fortalecer a educação inclusiva e garantir o direito à educação de todos os estudantes.

O arcabouço teórico desta pesquisa aponta a evolução histórica da Educação Especial, a apresentação da Legislação e Políticas Públicas de Inclusão, além do papel da escola na inclusão

e a devida formação docente, ofertada de maneira continuada, tão necessária para uma educação mais equitativa e menos desigual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial passou por uma significativa evolução histórica, marcada por uma transição gradual da segregação para a inclusão. Inicialmente, as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas do sistema educacional regular e direcionadas para instituições especializadas, que muitas vezes ofereciam um ensino segregado e limitado. Essas instituições, embora representassem um avanço em relação à total ausência de atendimento, mantinham os alunos com deficiência à margem da sociedade, reforçando estigmas e preconceitos.

Ao longo do século XX, o movimento em prol dos direitos das pessoas com deficiência ganhou força, impulsionando mudanças nas políticas e práticas educacionais. A ideia de integração começou a surgir, buscando inserir os alunos com deficiência nas escolas regulares, embora ainda com adaptações e serviços paralelos. No entanto, a integração ainda não garantia a plena participação e o reconhecimento das diferenças individuais, mantendo, em certa medida, a lógica da normalização.

Um marco fundamental nessa trajetória foi a Declaração de Salamanca, em 1994. Esse documento internacional, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, defendeu o princípio da inclusão como um direito de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades (Mantoan, 2003).

A Declaração de Salamanca incentivou os países a adotarem sistemas educacionais inclusivos, nos quais todos os alunos aprendem juntos, em um ambiente que valoriza a diversidade e oferece suporte adequado para o desenvolvimento de cada um. A partir desse momento, a inclusão passou a ser vista não apenas como uma questão de acesso, mas como um processo de transformação da escola e da sociedade, visando garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças (Mantoan, 2003).

A inclusão escolar no Brasil é um direito garantido por diversas legislações e políticas públicas, com destaque para a Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205, a Constituição estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, p. 125). Este artigo fundamental lança as bases para a inclusão, ao garantir o direito à educação para todos, sem distinção.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, também desempenha um papel crucial na garantia da educação inclusiva. Em seu artigo 58, a LDB define a Educação Especial como "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 1996, p. 27). Essa definição reforça a importância da inclusão dos alunos com NEE no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008, representa um marco importante na consolidação da inclusão escolar no Brasil. A PNEEPEI estabelece que "a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, disponibilizando o Atendimento Educacional Especializado (AEE)" (Brasil, 2008, p. 15). Essa política visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com NEE em todas as etapas da educação.

Apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas, a implementação da inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios é a falta de recursos e de infraestrutura adequados nas escolas. Muitas escolas não possuem salas de recursos multifuncionais, materiais pedagógicos adaptados e profissionais especializados para atender às necessidades dos alunos com NEE (Mantoan, 2003).

Outro desafio importante é a formação dos professores. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e para atender às necessidades específicas dos alunos com NEE. É fundamental investir na formação inicial e continuada dos professores, oferecendo suporte teórico e prático para o desenvolvimento de habilidades inclusivas (Mantoan, 2003).

Ainda, a questão da acessibilidade é um ponto crítico. A acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal precisa ser garantida nas escolas para que os alunos com NEE possam ter pleno acesso ao ambiente escolar e ao currículo. Barreiras físicas, como a falta de rampas e elevadores, e barreiras atitudinais, como o preconceito e a discriminação, ainda impedem a plena inclusão de muitos alunos (Boff; Machado, 2024).

A colaboração entre a escola, a família e outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, é essencial para o sucesso da inclusão escolar. A troca de informações e a construção de um projeto pedagógico individualizado para cada aluno com NEE são fundamentais para garantir o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem (Silva *et al*., 2025).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço fundamental na garantia da educação inclusiva, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008. O AEE não substitui o ensino regular, mas sim o complementa ou suplementa, com o objetivo de atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

De acordo com o documento, o AEE tem como propósito "suplementar ou complementar a formação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com vistas à sua autonomia e independência na escola e fora dela" (Brasil, 2008, p. 18). Isso significa que o AEE busca oferecer um suporte individualizado e especializado para que esses alunos possam desenvolver todo o seu potencial e participar plenamente da vida escolar e social. O AEE pode envolver o uso de recursos pedagógicos e de acessibilidade específicos, a adaptação de materiais e atividades, o ensino de estratégias de aprendizagem e a colaboração com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Ao promover a autonomia e a independência dos alunos, o AEE contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos têm a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver (Gomes; Coelho, 2025).

No entanto, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda é insuficiente em muitas regiões do país, e muitos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) não têm acesso a esse serviço essencial. Essa insuficiência na oferta do AEE pode ser atribuída a diversos fatores.

Primeiramente, há uma carência de profissionais especializados em Educação Especial, como professores especializados, psicopedagogos e outros profissionais da área da saúde, em muitas localidades. A falta desses profissionais dificulta a implementação e a qualidade do AEE (Boff; Machado, 2024).

Em segundo lugar, muitas escolas não possuem a infraestrutura adequada para a oferta do AEE, como salas de recursos multifuncionais equipadas com materiais pedagógicos e de acessibilidade específicos. Além disso, a falta de investimento em recursos financeiros para a Educação Especial, como a aquisição de materiais adaptados e a formação continuada de professores, também contribui para a insuficiência do serviço (Mantoan, 2003).

Diante desse cenário, é preciso ampliar a oferta do AEE e garantir a sua qualidade, com profissionais qualificados e recursos adequados. Isso implica investir na formação inicial e continuada de professores, na contratação de profissionais especializados, na estruturação das escolas com salas de recursos e materiais adequados, e no financiamento da Educação Especial (Rosa; Bucco, 2025).

É fundamental que o AEE seja ofertado de forma gratuita e acessível a todos os alunos com NEE, para que eles possam ter o suporte necessário para o seu desenvolvimento e aprendizagem. A garantia do acesso e da qualidade do AEE é um passo essencial para a efetivação da inclusão escolar e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Mantoan, 2003).

Fica evidente, portanto, a necessidade de um esforço conjunto do governo, das escolas, dos professores, das famílias e da sociedade em geral para garantir a efetivação da inclusão escolar no Brasil. É preciso investir em recursos, na formação de professores, na acessibilidade e na

colaboração entre todos os envolvidos para que a inclusão deixe de ser apenas um direito no papel e se torne uma realidade na vida de todos os alunos.

O papel da escola na inclusão vai muito além de simplesmente matricular alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A instituição escolar se torna um agente transformador da sociedade ao promover uma cultura inclusiva, onde a diversidade é valorizada e as diferenças são respeitadas. Stainback, S.; Stainback, E., (1999, p. 21) afirmam que "escolas inclusivas são aquelas que educam todas as crianças em conjunto, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter". Tais palavras encapsulam a essência do que significa uma escola verdadeiramente inclusiva e tem várias implicações importantes:

- Educação para todos: A frase enfatiza que a inclusão não se limita a um grupo específico de alunos, como aqueles com deficiência. Pelo contrário, ela abrange *todas* as crianças, independentemente de suas características individuais. Isso significa que a escola inclusiva deve ser projetada para atender à diversidade de necessidades de todos os alunos, sem exceção.

- Educar em conjunto: A ideia de "educar em conjunto" é crucial. Ela se opõe à prática de segregar alunos com base em suas dificuldades ou diferenças, seja em classes separadas, escolas especiais ou outros ambientes segregados. A inclusão pressupõe que todos os alunos aprendem juntos na mesma sala de aula, participando das mesmas atividades e interagindo uns com os outros.

- Independente de dificuldades ou diferenças: A frase reconhece que os alunos têm uma variedade de dificuldades e diferenças, que podem incluir deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais, bem como diferenças culturais, linguísticas, socioeconômicas ou de estilo de aprendizagem. No entanto, a inclusão afirma que essas dificuldades ou diferenças não devem ser uma barreira para a participação e o aprendizado na escola regular.

- Rejeição da exclusão e segregação: A afirmação de Stainback, S.; Stainback, E., (1999) implica uma rejeição explícita da exclusão e da segregação. Ela desafia a ideia de que alguns alunos são "incapazes" de aprender na escola regular ou que precisam de um ambiente separado para receber uma educação adequada. Em vez disso, ela defende que a escola tem a responsabilidade de se adaptar e se ajustar para atender às necessidades de todos os alunos.

- Compromisso com a diversidade: A frase reflete um compromisso fundamental com a diversidade. Ela valoriza as diferenças individuais e as vê como uma fonte de enriquecimento para a comunidade escolar. Em vez de tentar "normalizar" os alunos ou fazê-los se encaixarem em um modelo predeterminado, a inclusão celebra a diversidade e busca criar um ambiente onde todos os alunos se sintam acolhidos, valorizados e respeitados.

Assim, Stainback, S.; Stainback, E., (1999) oferecem uma visão poderosa e abrangente da educação inclusiva. Eles nos lembram que a inclusão não é apenas sobre colocar alunos com deficiência na sala de aula regular, mas sobre criar um sistema educacional que valorize a diversidade, promova a aprendizagem colaborativa e garanta que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Essa perspectiva exige uma reestruturação completa da escola, desde a sua organização física até as práticas pedagógicas adotadas.

A estruturação das escolas para a inclusão envolve a criação de ambientes acessíveis e acolhedores para todos os alunos. Isso significa garantir a acessibilidade arquitetônica, com rampas, elevadores e sinalização adequada, bem como a acessibilidade comunicacional, com recursos como intérpretes de Libras e materiais em braile. Booth e Ainscow (2002, p. 35) destacam que "a acessibilidade não se refere apenas a questões físicas, mas também à remoção de barreiras à aprendizagem e à participação". A escola inclusiva é aquela que elimina as barreiras que impedem a participação plena de todos os alunos.

A adaptação curricular é outro aspecto fundamental do papel da escola na inclusão. O currículo precisa ser flexível e adaptável para atender às necessidades específicas de cada aluno, levando em consideração seus estilos de aprendizagem, ritmos e interesses. Ainscow (2008) argumenta que "o currículo deve ser concebido como um conjunto de experiências de aprendizagem que podem ser adaptadas e modificadas para atender às necessidades de todos os alunos" (Ainscow, 2008, p. 52). Isso implica diversificar as estratégias de ensino, utilizar diferentes recursos pedagógicos e oferecer atividades desafiadoras e significativas para todos.

A colaboração entre a comunidade escolar é essencial para o sucesso da inclusão. Professores, gestores, pais, alunos e outros profissionais, como psicólogos e terapeutas, precisam trabalhar em conjunto para construir um projeto pedagógico inclusivo e acompanhar o desenvolvimento de cada aluno. Dyson (2001) enfatiza que "a inclusão não é responsabilidade apenas do professor da sala de aula, mas de toda a comunidade escolar" (Dyson, 2001, p. 87). A colaboração permite a troca de conhecimentos e experiências, o compartilhamento de responsabilidades e a construção de soluções conjuntas para os desafios da inclusão.

Skrtic (1991), por sua vez, critica o modelo tradicional de educação especial e defende a necessidade de uma reestruturação radical da escola para atender à diversidade. Segundo Skrtic (1991, p. 149), "a inclusão não é apenas uma questão de colocar alunos com deficiência na sala de aula regular, mas de transformar a cultura e a organização da escola". Essa transformação envolve a revisão das práticas pedagógicas, a valorização da diversidade e a criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo.

Mittler (2000) discute a importância da formação de professores para a inclusão. Mittler (2000, p. 112) argumenta que "os professores precisam desenvolver habilidades específicas para lidar com a diversidade, como a capacidade de adaptar o currículo, utilizar diferentes estratégias de

ensino e trabalhar em colaboração com outros profissionais". A formação continuada dos professores é fundamental para que eles possam se manter atualizados sobre as pesquisas e práticas mais recentes na área da inclusão.

A UNESCO (2009) também tem um papel importante na promoção da inclusão escolar. Em seu documento "Diretrizes sobre Políticas de Inclusão na Educação", a UNESCO defende que "a inclusão é um processo contínuo de fortalecimento da capacidade do sistema educacional de alcançar todos os alunos" (UNESCO, 2009, p. 9). A UNESCO enfatiza a importância de políticas públicas que garantam o direito à educação para todos, independentemente de suas características e necessidades.

Observa-se, então, como o papel da escola na inclusão é multifacetado e complexo. Requer uma transformação profunda na cultura e na organização da escola, com investimentos em acessibilidade, adaptação curricular, formação de professores e colaboração entre a comunidade escolar.

A formação de professores para a inclusão é um pilar fundamental para a efetivação de uma educação equitativa e de qualidade. Não se trata apenas de transmitir conhecimentos teóricos sobre deficiências ou necessidades educacionais especiais (NEE), mas de desenvolver habilidades práticas e atitudes que permitam aos docentes lidarem com a diversidade em sala de aula. A formação inicial, embora essencial, muitas vezes se mostra insuficiente para preparar os professores para os desafios da inclusão, tornando a formação continuada um componente indispensável.

A formação continuada, nesse contexto, assume um papel crucial. Ela oferece aos professores a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre inclusão, trocar experiências com colegas, refletir sobre suas práticas e desenvolver novas estratégias pedagógicas. Nóvoa (1992) destaca a importância da formação em serviço, ou seja, aquela que ocorre no próprio contexto de trabalho, como um espaço privilegiado de aprendizagem e desenvolvimento profissional. Para Nóvoa (1992), a formação não deve ser vista como um evento isolado, mas como um processo contínuo e integrado à prática docente.

A necessidade de desenvolver habilidades específicas para lidar com a diversidade é um dos principais desafios da formação de professores para a inclusão. Os docentes precisam aprender a identificar as diferentes necessidades dos alunos, a adaptar o currículo e as atividades, a utilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade adequados, e a promover a participação e a aprendizagem de todos. Além disso, é fundamental que os professores desenvolvam uma postura reflexiva e investigativa, que lhes permita analisar criticamente suas práticas e buscar constantemente o aprimoramento (Nóvoa, 1992).

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no apoio e na promoção da formação de professores para a inclusão. É preciso que os governos invistam em programas de

formação inicial e continuada de qualidade, que ofereçam suporte teórico e prático aos docentes, e que incentivem a pesquisa e a produção de conhecimento na área da educação inclusiva. Além disso, é importante que as políticas públicas garantam a disponibilidade de recursos e de apoio especializado nas escolas, como salas de recursos multifuncionais, profissionais da educação especial e materiais pedagógicos adaptados.

Pérez-Gómez (1992) contribui para a discussão sobre a formação de professores para a inclusão. A autora enfatiza a importância da reflexão sobre a prática como elemento central da formação docente. Para Pérez-Gómez, os professores precisam ser capazes de analisar criticamente suas ações, de tomar decisões conscientes e de construir um conhecimento profissional próprio.

Nessa mesma toada, Gatti (2012), em suas pesquisas sobre a formação de professores no Brasil, destaca a necessidade de superar a visão tecnicista da formação, que se concentra apenas na transmissão de técnicas e de informações, e de valorizar a dimensão humana e relacional do trabalho docente. Gatti defende uma formação que prepare os professores para lidar com a complexidade da sala de aula, para construir relações de confiança com os alunos e para promover um ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante. Assim como Mantoan (2003), Gatti (2012) defende que a formação de professores deve ser pautada pelos princípios da inclusão, ou seja, deve ser uma formação que valorize a diversidade, que promova a colaboração e o diálogo, e que incentive a participação de todos os envolvidos no processo educativo. A inclusão não é apenas uma questão técnica, mas também uma questão ética e política, que exige um compromisso de todos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3. MÉTODO

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, configurando-se como um estudo de caso de natureza interpretativista. O estudo de caso foi escolhido por permitir uma investigação aprofundada e contextualizada da formação de professores para a inclusão escolar em um município específico do estado do Ceará, no caso, Itaitinga. Segundo Gil (2008, p.58): “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento." (Gil, 2008, p. 58). Essa definição se alinha com a escolha do estudo de caso na pesquisa em questão, pois busca-se uma investigação aprofundada e contextualizada da formação de professores para a inclusão escolar em um município específico do Ceará, Itaitinga. O estudo de caso permite um mergulho na realidade local, compreendendo as nuances e particularidades desse contexto, o que é essencial para o objetivo da pesquisa.

A amostra do estudo compreendeu quatro escolas públicas municipais de Itaitinga-CE. Participaram da pesquisa oito professores, sendo dois professores de cada escola selecionada. Estes professores atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), o que representa

aproximadamente 2% do total de professores, de cada escola, que lecionam para esta etapa de ensino no município.

A opção pela abordagem qualitativa se justifica pela busca por compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos professores ao processo de inclusão. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com professores do 6º ao 9º ano de escolas públicas municipais, observações em sala de aula e análise documental de planos de aula e projetos pedagógicos. A utilização desses diferentes instrumentos visou triangular os dados e fornecer uma visão mais abrangente e detalhada do objeto de estudo.

A análise dos dados foi conduzida através da análise de conteúdo, uma técnica que permite identificar padrões, temas recorrentes e as diferentes perspectivas dos participantes sobre a inclusão escolar. Para detalhar essa técnica, recorre-se à definição clássica de Bardin (2016), que define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de pesquisa que visam à descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações. No entanto, a análise de conteúdo não se limita apenas à quantificação, abrangendo também a interpretação e a busca por significados mais profundos nos dados.

Em outras palavras, a análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa que permite transformar dados qualitativos, como textos de entrevistas, documentos ou observações, em dados que podem ser analisados de forma sistemática e rigorosa. O processo envolve várias etapas, que incluem a organização do material, a definição de categorias de análise, a codificação dos dados e a interpretação dos resultados. O objetivo final é identificar padrões, temas, ideias ou conceitos que emergem dos dados e que podem responder às perguntas da pesquisa.

No contexto específico da pesquisa sobre a formação de professores para a inclusão escolar, a análise de conteúdo permite explorar as diferentes perspectivas dos professores sobre o tema. Ao analisar as entrevistas, por exemplo, é possível identificar como os professores definem inclusão, quais são suas crenças sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos com NEE, quais dificuldades eles enfrentam e quais sugestões eles têm para melhorar a inclusão. A análise de conteúdo também permite comparar as diferentes perspectivas dos professores, identificar pontos de convergência e divergência e construir uma compreensão mais completa e nuances do fenômeno da inclusão escolar.

Ao identificar padrões, temas recorrentes e as diferentes perspectivas dos participantes sobre a inclusão escolar, a análise de conteúdo possibilita ir além da descrição superficial dos dados, buscando a interpretação e a compreensão das experiências e dos significados atribuídos pelos professores à inclusão. Isso permite construir uma análise rica e profunda, que contribui para o avanço do conhecimento na área da educação inclusiva e para a proposição de ações que visem a melhoria das práticas pedagógicas e da formação docente.

Na etapa de análise das entrevistas, busca-se identificar como os professores definem inclusão, suas crenças sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e suas expectativas em relação ao processo inclusivo.

Já na observação das práticas pedagógicas inclusivas, o foco está em identificar estratégias de ensino diferenciadas, adaptações curriculares e o uso de recursos de acessibilidade.

Adicionalmente, está sendo realizada a identificação das dificuldades e desafios enfrentados pelos professores, como a falta de recursos, apoio especializado insuficiente e dificuldades na adaptação de atividades. Por fim, analisa-se a percepção dos professores sobre a formação continuada oferecida pela rede municipal e o apoio recebido da gestão escolar e de outros profissionais, buscando compreender o papel do apoio institucional no processo de inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares da pesquisa revelam um cenário preocupante em relação à formação de professores para a inclusão escolar no município de Itaitinga-CE. A constatação de que a formação inicial não oferece o preparo adequado para lidar com a inclusão sugere uma lacuna nos currículos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas que podem não estar abordando de forma suficiente as especificidades da educação inclusiva. Essa falta de preparo inicial deixa os professores inseguros e despreparados para atender às necessidades dos alunos com NEE, o que pode impactar negativamente o processo de inclusão.

A avaliação da formação continuada como "insuficiente e pouco prática" é outro ponto crítico. Isso indica que os cursos e programas oferecidos pela rede municipal podem não estar atendendo às reais necessidades dos professores. É possível que a formação continuada esteja sendo oferecida de forma genérica, sem levar em consideração as demandas específicas dos docentes que atuam no Ensino Fundamental II e as características dos alunos com NEE que frequentam as escolas do município. A falta de praticidade da formação também pode ser um problema, já que os professores precisam de estratégias e ferramentas concretas para aplicar em sala de aula.

As dificuldades relatadas pelos professores em adaptar o currículo, a falta de apoio especializado e a necessidade de mais recursos materiais e humanos são reflexos da falta de preparo e da insuficiência da formação continuada. A adaptação curricular exige um conhecimento profundo das características e necessidades de cada aluno, bem como a capacidade de flexibilizar o planejamento e as atividades. A falta de apoio especializado, como de profissionais da educação especial, psicólogos e outros, dificulta o trabalho dos professores e sobrecarrega-os com a responsabilidade de atender sozinhos às demandas dos alunos com NEE. A falta de recursos materiais e humanos, como materiais pedagógicos adaptados, equipamentos de acessibilidade e número suficiente de professores, também é um obstáculo para a inclusão.

A diversidade de concepções sobre inclusão é outro ponto importante a ser considerado. O fato de alguns professores entenderem a inclusão como a simples presença física dos alunos com NEE na sala de aula regular revela uma visão limitada e superficial do processo. Essa visão não leva em conta a necessidade de promover a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, respeitando suas individualidades e diferenças. Por outro lado, a visão de que a inclusão é um processo de transformação da escola para atender às necessidades de todos indica uma compreensão mais profunda e abrangente do tema. Essa visão implica em mudanças na cultura escolar, nas práticas pedagógicas, na organização do espaço e do tempo, e na forma como a comunidade escolar se relaciona com a diversidade.

Esses resultados preliminares apontam para a necessidade de repensar a formação de professores para a inclusão em Itaitinga-CE. É preciso investir em uma formação inicial mais consistente e em uma formação continuada que seja relevante, prática e que atenda às reais necessidades dos professores. Além disso, é fundamental garantir o apoio especializado e os recursos necessários para que a inclusão se concretize na prática e que todos os alunos tenham o direito a uma educação de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES

A inclusão escolar em Itaitinga-CE, como demonstrado ao longo desta pesquisa, ainda se depara com obstáculos consideráveis que demandam atenção e ação imediata. A análise dos dados coletados revelou que a formação inicial dos professores, muitas vezes, não contempla as especificidades da educação inclusiva, deixando-os despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Nesse sentido, torna-se imprescindível um investimento substancial na reformulação dos currículos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas, incorporando conteúdos e práticas que abordem a inclusão de forma abrangente e eficaz.

Paralelamente, a formação continuada oferecida pela rede municipal necessita de uma reestruturação profunda. Os resultados indicam que os cursos e programas atuais são considerados insuficientes e pouco práticos pelos professores, não atendendo às suas reais necessidades. É preciso, portanto, que a formação continuada seja planejada e implementada de forma colaborativa, com a participação dos docentes, para que contemple as demandas específicas do contexto local e ofereça estratégias e ferramentas aplicáveis à realidade da sala de aula. A formação deve ser contínua, reflexiva e focada no desenvolvimento de habilidades que permitam aos professores adaptarem o currículo, utilizar recursos pedagógicos diversificados e promover a participação e o aprendizado de todos os alunos.

Além da formação docente, a estruturação das escolas é um fator determinante para o sucesso da inclusão. É fundamental que as escolas de Itaitinga-CE sejam equipadas com recursos materiais e humanos adequados, como salas de recursos multifuncionais, materiais pedagógicos

adaptados, equipamentos de acessibilidade e profissionais especializados em educação especial. O apoio especializado, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, é essencial para auxiliar os professores no atendimento às necessidades específicas dos alunos com NEE. A acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal também precisa ser garantida, para que todos os alunos tenham pleno acesso ao ambiente escolar e ao currículo.

No entanto, a inclusão não se resume apenas a questões de formação e infraestrutura. É preciso promover uma profunda mudança na cultura escolar, para que a inclusão seja verdadeiramente valorizada e praticada. A inclusão deve ser entendida como um direito de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades, e como uma oportunidade de enriquecimento para a comunidade escolar. É necessário combater o preconceito e a discriminação, desmistificar a ideia de que alguns alunos são "incapazes" de aprender na escola regular, e construir um ambiente onde todos se sintam acolhidos, respeitados e valorizados. Essa mudança cultural exige um esforço conjunto de todos os envolvidos na comunidade escolar: gestores, professores, alunos, pais e outros profissionais.

Logo, a efetivação da inclusão escolar em Itaitinga-CE demanda um compromisso contínuo e articulado de diferentes atores e instâncias. É preciso investir na formação de professores, na estruturação das escolas, no apoio especializado e, principalmente, na transformação da cultura escolar. Somente assim será possível garantir o direito à educação de todos os alunos e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. From special education to effective schools for all: exploring the way ahead. *In:* FLORIAN, L. (Ed.). **The SAGE handbook of special education**. London: SAGE Publications Ltd., 2008. p. 47-59.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BOFF, A. P.; MACHADO, A. de B. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0411.85133. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOFF, A. P.; MACHADO, A. de B. Interseccionalidade e inclusão: um diálogo com os marcadores sociais da diferença. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte,** v. 46, e20240060, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/rbce.46.e20240060. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for inclusion:** developing learning and participation in schools. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394/96. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)**. Brasília, DF: [s. n,], 2008.

DYSON, A. Special needs education: inclusive or exclusive? **British Journal of Sociology of Education**, v. 22, n. 3, p. 313-328, 2001.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 23, n. 4, p. 342-353, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L.; COELHO, W. de N. B. Desafios e perspectivas contemporâneas em Políticas Educacionais e Diversidade. **SciELO em Perspectiva Humanas**, 2025. Disponível em: https://humanas.blog.scielo.org/blog/2025/01/29/desafiosperspectivascontemporaneaspoliticaseducacionais-diversidade/. Acesso em: 22 jun. 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. **Working towards inclusive education:** Social contexts. London: Fulton, 2000.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PÉREZ-GÓMEZ, Á. I. **O pensamento prático do professor:** A formação do professor como profissional reflexivo. *In*: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 93-114.

ROSA, R. A.; BUCCO, E. A. Neurodiversity: expanding the boundaries of diversity, equity, and inclusion in organizations. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, e2023-0196, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120230196x. Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, J. A. G. *et al.* A educação inclusiva e a tecnologia assistiva: caminhos para a equidade. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 1, e7371, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55905/cuadv17n1-141. Acesso em: 22 jun. 2025.

SKRTIC, T. M. **Behind special education:** A critical analysis of professional culture and school organization. Denver: Love Publishing Company, 1991.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. A rationale for integration and inclusive communities. *In:* _____. (Eds.). **Inclusion:** A guide for educators. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., 1999. p. 19-30.

UNESCO. **Policy guidelines on inclusion in education**. Paris: UNESCO, 2009.